

ANC
A-F

Substitutivo prevê desvinculação entre PM e Exército

Da Sucursal de Brasília

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, desvincula as Polícias Militares estaduais (PMs) do Exército, subordinando-as exclusivamente aos governadores. O artigo que trata do assunto não faz qualquer menção ao Exército — o que difere da atual Constituição — e transfere para a legislação ordinária a definição da competência das PMs. A informação foi dada ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos relatores-adjuntos da nova Constituição.

Pela Constituição em vigor, as

Polícias Militares são consideradas "forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército". Na prática, as PMs ficam subordinadas aos governos estaduais e, simultaneamente, respondem ao Exército.

O substitutivo contradiz também o primeiro anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização ("Projeto Cabral"), que mantém as Polícias Militares como "forças auxiliares do Exército e reserva deste para fins de mobilização", embora as colocasse sob a "autoridade dos governadores".

A decisão de modificar o artigo referente às PMs foi tomada ontem numa reunião dos relatores-adjuntos. A reunião foi coordenada por Cardoso, já que Cabral estava viajando. Embora o grupo tenha discutido as competências das Forças Armadas, uma decisão final sobre a redação do capítulo só será tomada hoje. Os relatores-adjuntos mantiveram também os estados de defesa e de sítio no novo texto constitucional.

O capítulo das "Finanças e Orçamento Público" também foi definido. Segundo o deputado José Serra (PMDB-SP), presente à reunião, foi mantido, em sua quase totalidade, o conteúdo do anteprojeto da Comissão

de Sistematização, embora tenha sido reduzido o número de artigos.

Em seis artigos, o grupo deu forma final a uma série de propostas que condicionam "reajustes e contratações" pela administração direta ao crivo do Congresso Nacional. De acordo com a proposta, todos os gastos do Estado deverão ser previstos pelo Plano Plurianual de Investimentos e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. "Será impossível o governo gastar sem autorização", disse Serra.

Até o final da noite de hoje, um esboço do substitutivo deve estar pronto para ser apresentado, amanhã, aos líderes do PMDB.



Fernando Henrique dá entrevista no Banco do Brasil sobre o Projeto Cabral

Lula Marques